



### MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

#### OFÍCIO/SEGOV Nº 238/2025

Em 29 de setembro de 2025

Ao Excelentíssimo Senhor **RAFAEL DE ANGELI** Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Araraquara Rua São Bento, 887 – Centro 14801-300 - ARARAQUARA/SP

#### Senhor Presidente:

Pelo presente, tenho a satisfação de encaminhar a Vossa Excelência, nos termos da Lei Orgânica do Município de Araraquara, para apreciação dessa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei que acrescenta dispositivo na Lei nº 8.432, de 25 de março de 2015.

A medida visa aprimorar a regulamentação do serviço de transporte escolar privado em nosso Município, alinhando a legislação local a uma exigência já consolidada na legislação federal de trânsito.

A proposta consiste em acrescentar um dispositivo à Lei Municipal nº 8.432, de 25 de março de 2015, para que o interessado em prestar o serviço de transporte escolar apresente, no ato do requerimento de sua licença de funcionamento, o comprovante de autorização para circulação emitido pelo órgão de trânsito estadual competente.

A medida se fundamenta na estrita observância ao princípio da legalidade e na repartição de competências para legislar sobre trânsito e transportes, conforme previsto na Constituição Federal.

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB), instituído pela Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, estabelece em seus artigos 136 a 139 uma série de requisitos obrigatórios para os veículos de condução escolar, dentre os quais se destaca a necessidade de uma autorização específica emitida pela autoridade de trânsito dos Estados e do Distrito Federal.

A importância dessa autorização é tamanha que os órgãos estaduais têm reforçado sua fiscalização. Exemplo disso é a recente iniciativa do Detran/SP, que intensificou as operações em todo o Estado de São Paulo para verificar o cumprimento das normas do CTB por parte dos transportadores escolares. A ação visa garantir que apenas veículos e condutores devidamente regularizados e autorizados realizem o serviço, o que demonstra a relevância do controle prévio que este projeto de lei busca implementar.



### MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

(<a href="https://www.agenciasp.sp.gov.br/fiscalizacao-de-transporte-escolar-e-reforcada-pelo-detran-sp-em-todo-o-estado/">https://www.agenciasp.sp.gov.br/fiscalizacao-de-transporte-escolar-e-reforcada-pelo-detran-sp-em-todo-o-estado/</a>)

Dessa forma, a exigência que se pretende instituir no âmbito municipal não cria uma nova obrigação ao transportador, mas apenas internaliza e torna mais eficiente a fiscalização de um requisito já imposto pela legislação federal. Ao solicitar a comprovação da autorização estadual no início do processo de licenciamento, o Município atua de forma diligente, alinhada às melhores práticas de gestão e em sintonia com as ações de fiscalização estaduais.

Trata-se, portanto, de uma medida que reforça a segurança jurídica e, principalmente, a segurança dos estudantes transportados, assegurando que o serviço seja prestado em total conformidade com as normas que regem a matéria em todo o território nacional.

Diante do exposto, considerando a relevância e a finalidade pública da iniciativa, entendemos estar plenamente justificada a apresentação da presente proposta legislativa, a qual confiamos merecer a aprovação desta Egrégia Casa.

Finalmente, por julgarmos esta propositura como medida de urgência, solicitamos seja o presente Projeto de Lei apreciado dentro do menor prazo possível, nos termos do art. 80 da Lei Orgânica do Município de Araraquara.

Valemo-nos do ensejo para renovar-lhe os protestos de estima e apreço. Atenciosamente,

**LUIS CLAUDIO LAPENA BARRETO** 

Prefeito Municipal



## MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

#### PROJETO DE LEI №

Art. 1º A Lei nº 8.432, de 25 de março de 2015, passa a vigorar com a seguinte

Acrescenta dispositivo na Lei nº 8.432, de 2015, e dá outras providências.

alteração:	
	"Art. 6º
	§8º
	I
	<ul> <li>h) autorização para circulação emitida pelo órgão estadual de trânsito, nos termos do art. 136 do Código de Trânsito Brasileiro."(NR).</li> </ul>
	Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**LUIS CLAUDIO LAPENA BARRETO** 

PAÇO MUNICIPAL "PREFEITO RUBENS CRUZ", 29 de setembro de 2025.

Prefeito Municipal



# VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 331F-60CD-4FC4-37D0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ LUIS CLÁUDIO LAPENA BARRETO (CPF 074.XXX.XXX-30) em 29/09/2025 15:36:44 GMT-03:00 Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://araraquara.1doc.com.br/verificacao/331F-60CD-4FC4-37D0